

===== **ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E SETE DE JANEIRO DO ANO DOIS MIL E DOZE:** =====

===== *Aos vinte e sete dias do mês de Janeiro do ano dois mil e doze, pelas dezasseis horas e trinta minutos na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Senhor **Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva**, Secretariado pelos Senhores **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e - **José Alves da Silva** - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== **Ponto único:** *Apresentação Proposta Revisão do PDM: - Carta de Ordenamento; - Carta de condicionantes; - Regulamento do PDM – Início Discussão Pública.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Manuel da Costa Alves Rosa, Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva, António da Silva Xará, José Francisco Brandão Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, Marco António Guimarães de Castro Azevedo, Francisco Borges de Almeida Alves, José Filipe da Silva Carvalho, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, Diamantino Melo de Almeida, José da Silva Santos, André Lourenço Pinheiro Ribeiro, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Manuel Rebelo da Costa, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, Carlos Manuel de Pinho e Silva, Ilídio Barbosa Lopes, Pedro Joaquim da Silva Ribeiro, Hugo Manuel Gomes Silva Pereira e António de Jesus Silva.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Manuel Francisco dos Santos Valente, Fernando Manuel Pais Ferreira, Helena Maria Dinis dos Santos, Fernando Ricardo Gomes Oliveira Bastos, José Ramos da Silva, Ana Lúcia Nunes de Sousa, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Manuel José Tavares Soares, Bruno Armando Aragão Henriques, José António Domingues Marques Lourenço, Rui Jorge da Silva Cabral, Armindo Fernando Martins Nunes e Bernardo Amaro Moreira Simões.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *Miguel Ângelo de Carvalho Santos Portela, Ana Lúcia Costa Guedes* =====

===== **Ausência dos Membros:** *Isabel Maria Fernandes G. Ferreira de Vilhena, José Domingos Campos Silva, Rui Filipe Fernandes Nunes, Paula Regina Fernandes Duarte de Oliveira Pinto do Partido Social Democrata (PSD); Ana Raquel Simões Teixeira, Cristina*

*Maria Valente de Pinho do Partido Socialista (PS); João Carlos Amaral Osório Nunes Silva do Partido Popular (CDS/PP) e Rodrigo Moreira Silva Presidente da Junta de Cesar, faltas estas que foram consideradas justificadas. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: Jorge Fernando Rocha Paiva que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Isabel Maria Fernandes G. Ferreira de Vilhena, Marco António Guimarães de Castro Azevedo que marcou presença para substituir o seu colega de partido José Domingos Campos Silva e Ana Lúcia Costa Guedes marcou presença para substituir o seu colega de Partido João Carlos Amaral Osório Nunes Silva em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição. =====*

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====*

*===== **Ponto único:** Apresentação Proposta Revisão do PDM: - Carta de Ordenamento; - Carta de Condicionantes; - Regulamento do PDM – Início Discussão Pública.=====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão: =====*

*===== Meus senhores, boa tarde. Vamos iniciar então esta Sessão Extraordinária da Assembleia que, hoje, se prende com a proposta de “Apresentação Pública da Proposta de Revisão do PDM – Carta de Ordenamento – Carta de Condicionantes – Regulamento do PDM”. Também será o Início da Discussão Pública. Isto arrasta-se desde 2004 e os Partidos terão hoje oportunidade pela primeira vez de ver a proposta apresentada pelo Executivo desta revisão e nesse sentido eu dava já a palavra ao senhor Presidente da Câmara Dr. Herminio Loureiro. ==*

*===== Muito obrigado. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, técnicos da Câmara Municipal, público presente. Vou ser naturalmente muito rápido. Só para fazer uma brevíssima introdução, como disse o Senhor Presidente Dr. Jorge este processo iniciou-se em maio de 2004 e é com satisfação que estamos hoje aqui ao fim destes oito anos, em janeiro de 2012, para podermos perceber, ver a proposta que está em cima da mesa e a partir deste momento todos os Oliveirenses sem exceção têm a oportunidade de colocarem as suas questões, darem sugestões, fazerem críticas que é isso que nós queremos e também pretendemos estimular. Deixem-me dizer-vos que pode e a mim próprio parece-me demasiado tempo 2004 a 2012, mas se olharmos até aqui bem à nossa volta Municípios vizinhos há processos que demoram muito mais que estes oito anos. Este processo andou, correu, passou por diversas vicissitudes, atravessou quatro governos houve legislação que entretanto foi alterada e que obrigou a um conjunto significativo de alterações, tivemos um longo processo negocial com a REN e com a RAN, tivemos também o*

*PROT, tivemos que trabalhar e temos ainda que trabalhar até à questão final com vinte e três entidades. Vinte e três entidades fazem parte da comissão mista de coordenação. E conforme disse: nós tivemos também de nos adaptar a um conjunto significativo de alterações legislativas. E portanto isto só para vós dizer que os serviços técnicos da Camara Municipal que trabalharam no PDM estiveram muito próximo de um ano à espera de respostas de entidades públicas. Só para perceberem e isto é bom que tenhamos todos esta noção, naquilo que diz respeito à Reserva Agrícola toda esta região norte tem um técnico disponível para analisar todos os PDM's da região norte e portanto por muito boa vontade que o Engenheiro tenha e teve, até foi uma pessoa muito participativa e muito colaborativa, mas ele não se pode desmultiplicar e portanto é sempre difícil quando estas entidades demoram demasiado tempo a darem as respostas. Permita-me também Senhor Presidente, nesta minha intervenção, que faça um agradecimento público a toda a equipa da Câmara Municipal liderada pela Arquiteta Filomena Farinhas, porque foi uma equipa sempre disponível, que procurou sempre dar uma resposta rápida às solicitações que lhes eram dadas e portanto na sua pessoa e peço à Arquiteta Filomena Farinhas que transmita isto a toda a sua equipa, os meus agradecimentos públicos em nome do Executivo pela sua dedicação, pelo trabalho que hoje vamos poder ver em primeiro lugar. Deixem-me dizer-vos também que do ponto de vista do documento estratégico que significa o PDM, eu espero que os oliveirenses encarem esta proposta de alteração como um documento que é muito mais do que percebermos onde é que podemos ou não podemos construir, é um documento verdadeiramente estratégico para os próximos dez anos para o Município de Oliveira de Azeméis e portanto que aproveitem esta oportunidade de discussão pública, não só nesta perspectiva de perceber onde podemos ou não podemos construir e o que é que podemos construir, mas do ponto de vista da definição dos grandes objetivos estratégicos do Município naquilo que tem a ver com o investimento publico, naquilo que tem a ver com as vias de comunicação por exemplo é agora uma oportunidade interessante para podermos perceber. Nós temos um PDM que foi aprovado em 1995, portanto tem dezassete anos, tem tempo a mais e por isso urge e queremos que o novo PDM venha responder a um conjunto significativo de solicitações que chegaram também ao Executivo Municipal. Dá mais responsabilidade este novo PDM e a nova legislação dá mais responsabilidade porque o PDM tem paralelamente um programa executivo e tem um orçamento. Isso significa que, quando eu digo que temos mais responsabilidade quando muitas vezes muitos particulares e muitos investidores e muitas outras pessoas e autarcas eram confrontados com aquela questão de este terreno está, ou esta faixa do território está limitada, porque é previsível fazer-se isto ou fazer aquilo e depois tem uma zona de proteção e é uma eternidade. A partir de agora isto tem um programa de ação e tem um orçamento a acompanhar e poderá haver inclusive indemnizações caso as obras planeadas não venham a ser construídas naqueles são os prazos que estão expectáveis e também estão definidos. Deixem-me dar-vos também dois exemplos de duas vias de comunicação, que nós achamos importantes e que estão bem definidas nesta proposta, uma é a conclusão da Via do Nordeste, não há dúvida nenhuma que a Via do Nordeste foi uma via muito importante naquilo*

*que diz respeito à coesão territorial do município de Oliveira de Azeméis, ela não está concluída, a sua chegada à freguesia Fajões é também muito importante bem com o lançamento da via do Sudoeste que vai de Loureiro, Cucujães e Oliveira de Azeméis e portanto coze toda esta malha da área de acolhimento empresarial e não só mas freguesia de Loureiro passando por Cucujães e fazendo a ligação a Oliveira de Azeméis. Há três eixos fundamentais no PDM, o primeiro dos quais é a qualificação das áreas empresariais, nós somos um concelho que é um concelho pujante do ponto de vista empresarial e portanto queremos e temos necessidade de ordenar e de qualificar todas essas questões ligadas às empresas e às indústrias. Temos também num outro eixo a qualificação do território trazendo, queremos e desejamos todos, mais qualidade e também as oportunidades de oferta do ponto de vista da mobilidade das dezanove freguesias e como também fica bem definido o eixo principal que é a cidade de Oliveira de Azeméis. Uma última nota para vós dizer o seguinte e já tive também oportunidade de o transmitir também em Reunião de Executivo Camarário. Nós queremos uma participação intensa de todos os Oliveirenses. Não queremos que ninguém, findo este processo de discussão pública, possa dizer, eu não soube que o PDM estava em discussão pública, deixem-me dizer-vos que a Lei obriga a trinta dias de discussão pública e nós vamos fazer quarenta dias de discussão pública. A Lei obriga a uma sessão pública e nós vamos querer fazer, a contar com esta, vamos querer fazer dezanove, mais uma também destinada aos técnicos que são fundamentais que são eles que trabalham muito com o PDM, vamos estar em todas as freguesias do Município de Oliveira de Azeméis, já estão calendarizadas essas mesmas reuniões e depois vamos quer fazer ainda mais uma convidando os técnicos que trabalham direta e indiretamente com a Câmara Municipal. Vamos ter uma exposição no auditório da Praça da Cidade, uma exposição que estará aberta, mas depois a Arquiteta Filomena dará esses pormenores, mas queremos que as pessoas visitem, terão lá técnicos onde podem colocar questões, onde podem apresentar sugestões, onde podem escrever, porque tudo aquilo que for perguntado vai ser respondido e portanto que ninguém tenha nenhum problema em fazer a pergunta mais simples até à pergunta mais complexa, porque neste período de discussão pública e é isso que nós queremos é estimular mesmo essa discussão. Vamos ter o site da Câmara Municipal também disponível e vamos também fazer anúncios na comunicação social, para que toda a gente possa ter conhecimento que este processo está em discussão pública e para isso também é fundamental ajuda dos nossos estimados Presidentes de Junta. Portanto não hesitem, todas as perguntas terão uma explicação, terão uma resposta e deixem-me dizer-vos que eu espero, aliás, como está definido no cronograma temporal que até 20 de junho nós tenhamos um novo PDM. Um PDM para os próximos dez anos, um PDM que venha dar resposta a um conjunto significativo de problemas que o Município de Oliveira de Azeméis hoje enfrenta e por isso teremos seguramente um melhor PDM se tivermos sugestões, críticas, se tivermos as achegas e os apores de todos os Oliveirenses e portanto termino dizendo Senhor Presidente, que aquilo que nós esperamos é que estes quarenta dias e todos os meios que estão à disposição dos oliveirenses*

*sejam utilizados e que as pessoas participem e por isso também todos temos essa responsabilidade de estimular a discussão. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Tavares. =====*

*===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Senhores técnicos da Câmara Municipal, minhas Senhoras e meus Senhores. O meu objetivo aqui é esclarecer-vos também de quais as consequências em termos de gestão urbanística do dia-a-dia do Início do Período de Discussão Pública. Como sabem formalmente o Início de Discussão Pública do PDM deu-se no dia 23, esta segunda-feira. E de acordo com a Lei há uma serie de alterações nos processos de licenciamento e nos processos urbanísticos e nas pretensões particulares que estão sujeitas a aprovação da Camara Municipal e portanto só dar-vos qual a posição da Câmara Municipal relativamente a uma série desses procedimentos. Com o início da discussão pública, inicia-se um período em que no prazo de cento e cinquenta dias fica suspenso o atual PDM. O atual PDM fica suspenso, são cento e cinquenta dias contínuos e portanto significa que até ao dia 20 de junho como disse o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem que entrar em vigor o PDM que está a ser objeto de revisão, o novo PDM, porque se não entrar em vigor em 21 de junho o novo PDM passará novamente a vigorar o PDM que agora se encontra suspenso. E também aqui como estão alguns técnicos de fora do Município, portanto todos os dias estão em contato com o Município, implicava também esclarecer aqui qual a posição da Câmara relativamente a isto. Para vos dizer que a posição da Câmara no que concerne aos projetos que já estão aprovados, projetos de arquitetura aprovados, estes não são objetos de suspensão, portanto continuará a vigorar o prazo normal para a entrega dos respetivos projetos de especialidade e poderão ser objeto de licenciamento ainda ao abrigo do atual PDM, tal como as informações prévias que já se encontram aprovadas e portanto existe o vínculo da Câmara Municipal no prazo de um ano de aprovar os respetivos projetos que obedecem às regras constantes da informação prévia aprovada. As comunicações prévias dos alvarás de loteamento também não vão ser suspensas desde que cumpram as prescrições do alvará. E as alterações de autorização de utilização que não impliquem também alterações de normas urbanísticas, não serão suspensas. Eu sei que isto é um bocadinho enfadonho para que não está habituado no dia-a-dia a trabalhar com os projetos ou não é técnico, mas também importava também fazer este esclarecimento principalmente no que respeita a alguns procedimentos que, necessariamente, não se suspendem com o Início da Discussão Pública do PDM. Só para repetir, portanto todos os processos de licenciamento que já tem projeto de arquitetura aprovado continuarão a seguir e não serão objeto de suspensão. Outra coisa que vos queria referir, já disse que até ao dia 21 de junho deverá entrar em vigor o novo PDM, mas há outras datas que são fundamentais: o período de discussão pública termina*

*no dia 19 de março de 2012. Nós já temos agendado com as Juntas de Freguesia as sessões públicas de apresentação do PDM, com as 19 freguesias e a última será no dia 17 de fevereiro. Portanto na próxima semana e nas duas subsequentes existirão duas equipas da Câmara Municipal constituídas por mim, pela Arquiteta Filomena Farinhas, o Arquitecto Pedro Flores e a Doutora Andreia Xará que e juntamente com alguns Vereadores da Câmara Municipal iremos fazer a apresentação pública do PDM nas respetivas Juntas de Freguesia. Também só esclarecer-vos uma coisa que ainda não foi referida, o PDM incorpora ou tem integrado o Plano de Urbanização da Cidade de Oliveira de Azeméis, isto foi objeto também de apreciação e até de uma apresentação numa Assembleia Municipal também temática, deste género do Plano de Urbanização e poderia ter ficado a ideia de que só vai ser aprovado ou só vai entrar em vigor o Plano Diretor Municipal do concelho, mas este Plano Diretor Municipal também incorpora o Plano de Urbanização as regras e a execução do Plano de Urbanização da Cidade de Oliveira de Azeméis, depois a arquiteta Filomena Farinhas fará uma explicação mais concreta desse Plano que tem a designação de – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão, que será a primeira do PDM mas também já está incorporada no Plano Diretor Municipal. Qualquer esclarecimento adicional, eu estou às vossas ordens. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à técnica Dr.ª Ângela Fernandes. =====*

*===== Boa tarde a todos. De seguida eu e a Arquiteta Filomena Farinhas vamos tentar fazer uma exposição, relativamente breve dos elementos fundamentais da proposta do Plano Diretor Municipal, sendo que o que vos proponho é que olhemos para todos estes documentos de uma forma um bocadinho mais descomplicada de forma a percebermos quais são as peças fundamentais, o que é que elas querem dizer, que elementos é que deveremos procurar e olhar com mais atenção de maneira a que possamos ter uma participação mais conhecedora de todo o processo. O Plano Diretor Municipal, a proposta de Plano é constituída por todos estes documentos, aliás se repararem aqui junto à Mesa da Assembleia, repararam num conjunto de caixotes no chão, que têm todos os elementos já impressos, por isso, nós temos quatro tomos com um conjunto de relatórios e regulamentos e plantas as quais que constituem verdadeiramente a proposta do Plano. Por isso, quando falamos no Plano Diretor Municipal ele não se cinge a um regulamento e a duas ou três plantas e uns quantos elementos, nós temos de facto um conjunto de planos, de diagnósticos, de relatórios que consubstanciam a proposta de Plano. Por isso, eu tentando descomplicar um bocadinho todos estes elementos eu sugeria, não quer dizer que não olhem para todos eles, mas eu sugeria que vissem por favor no tomo um, as seguintes peças, eu sugiro esta ordem porque é aquela que me parece mais fácil, as seguintes peças do Plano Diretor Municipal, em primeiro lugar o relatório de fundamentação, o que é que é isto? Não é senão um documento que tem basicamente os elementos fundamentais de porque é que foram tomadas determinadas opções no Plano, faz-se uma caracterização, diagnóstico do*

*Município, dos seus problemas, dos seus desafios, coloca-se o território de Oliveira de Azeméis no quadro nacional, regional, intermunicipal, nos diversos instrumentos de gestão do território e fundamenta-se a opção por determinados elementos. Em segundo lugar, diria que olhassem para a planta de condicionantes, isto é, vamos começar pelas coisas que eventualmente as pessoas até acham que são um bocadinho piores, as coisas más, não são coisas más, são coisa que temos de ter sempre em atenção quando estamos a olhar para o território e aqui estão aqueles elementos que nos vão condicionar de alguma forma a nossa atuação no território, por exemplo, os grandes chavões que nós vamos sempre ouvindo da RAN e da REN, que são a Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, a definição em termos gráficos destes perímetros estão nesta planta de condicionante. Em terceiro lugar, diria que olhássemos depois para a planta de ordenamento onde estão classificados os diversos usos do solo e há uma tradução em desenho das opções que foram tomadas pelo Plano, essas opções para além deste conteúdo gráfico tem depois a tradução em termos de regras que estão expressas no Regulamento e o Regulamento vai ter a sumula de todas as regras que se irão aplicar em termos do território e estas regras eventualmente são aquelas a que as pessoas estão mais habituadas a associar ao que é o Plano Diretor Municipal, sendo que, como já se disse anteriormente, este Plano Diretor Municipal e todos os Planos Diretores Municipais mais recentes têm uma componente de estratégica muito acentuada e são muito mais do que um conjunto de regras para utilização do território. E por último diria que olhassem para o resumo não técnico do relatório ambiental. O relatório ambiental foi um destes documentos recentes que resultaram das diversas alterações legislativas ocorridas, mas de qualquer das formas é uma peça importante sobretudo para o município e aqui para a câmara municipal para utilizar para a monitorização do plano, isto é, os relatórios ambientais contêm um conjunto de indicadores que permite ao município perceber se o Plano está ou não a ser bem executado e de que forma e qual é o impacto que ele está a ter no território. Sendo um relatório muito técnico, eu recomendo o resumo não técnico que, para além de ser muito mais pequeno, é exemplificador dos elementos fundamentais. Deixava-vos só alguns elementos relativos ao que encontram nestes documentos, nomeadamente no relatório de fundamentação, como vos disse, um dos elementos chave foi: olhar para o território fazer um diagnóstico e desse diagnóstico partir para soluções, este diagnóstico incluiu uma análise aos fatores de origem interna/externa que condicionam o território. Quando falamos de fatores de origem interna estamos a falar sobretudo das fragilidades do território de Oliveira de Azeméis e das suas potencialidades. Por isso destacaria algumas delas como a assunção clara de que há um problema grave de carência de infraestruturas básicas, que é um dos problemas que deverá ser resolvido com o Plano, há contaminação de linhas de água e de aquíferos, há carências de espaços públicos e sobretudo de equipamentos de apoio à terceira idade, só uma nota alguns destes elementos de diagnóstico também chegaram a nós através de um conjunto de inquéritos que foram efetuados à população, há uma grande mistura entre as funções habitacionais e industriais e há uma clara ausência de parques industriais devidamente infraestruturados para esta função. No entanto, temos como*

*potencialidades uma variedade orográfica que pode e na nossa opinião deve também perspectivar a complementaridade entre um conjunto de espaços do território de Oliveira de Azeméis, temos uma estrutura ecológica e quando eu falo em estrutura ecológica, estamos a falar sobretudo dos espaços associados ou às linhas de água, ou às cabeceiras dos pontos mais altos, relativamente preservada e rica em diversidade de ambientes e paisagens. Temos uma dinâmica associativa bastante expressiva o que nós deixa muito entusiasmados relativamente a forma como o território pode também evoluir e transformar-se com as pessoas, com os habitantes, temos polos do ensino superior sediados no município e temos bastante know-how e muitos espaços que podem acolher novos projetos industriais, novas ideias isto em áreas que são muito interessantes em termos de competitividade económica. No que são os fatores de origem externa, isto é, as coisa que nós não conseguimos controlar tão bem e que de alguma forma ameaçam o desenvolvimento do nosso território, temos uma dinâmica associativa intermunicipal um bocadinho débil o que no contexto atual de crescente relação entre instituições intermunicipais e mesmo regionais pode causar algum problema, nós temos uma localização muito periférica relativamente à área metropolitana a que pertencemos, somos também um membro novo, por isso há aqui ainda algum trabalho de criação de laços de contacto e de relação que é preciso fazer e temos muita dependência interna de desenvolvimento de matérias-primas e equipamentos, somos muito bons de facto a fazer produtos/bens finais mas as matérias-primas nós vamos busca-las a outros sítios. Contudo, como oportunidade surgiu-nos aqui três pontos muito interessantes: O primeiro é estarmos inseridos neste eixo urbano de Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis e este eixo urbano é particularmente interessante em termos de funções de diversidade cultural, funcional e isto também nos coloca numa posição interessante tanto para acesso a determinados tipo de fundos como também a possibilidade de criação de lógicas complementares de rede. Temos um aumento de acessibilidade claro através da concretização plano rodoviário nacional e eventualmente da rede de alta velocidade e a nossa localização é particularmente privilegiada porque estamos muito próximos do Porto e estamos muito próximos de Aveiro e estamos muito próximo dos grandes nós de ligação rodoviário entre o país e eventualmente a europa, nomeadamente a nossa proximidade à A25 a A29 depois para o Porto e a A1. Ora bem, com base neste diagnóstico foram definidos, como também já foi avançado pelo Senhor Presidente, três grandes eixos estratégicos de atuação, o primeiro tem que ver com a qualificação e reforço da competitividade económica e neste eixo de atuação, nestes eixos estratégicos diria que temos três grandes áreas em que o Plano se propõe atuar. O primeiro tem a ver com as áreas de acolhimento empresarial, se por um lado reconhecemos que temos debilidade em termos de espaços para receber condignamente as nossas empresas, então a resposta que se cria através do PDM é a disponibilização e criação de espaços de acolhimento empresarial com as características necessárias para que as empresas hoje em dia possam ser competitivas e estar nos mercados da melhor forma. Mas por outro lado temos de tentar resolver um problema que se foi criando ao longo dos anos, que tem que ver com a legalização das indústrias que estão um*



*bocadinho disseminadas por todo o território e como falei em disseminadas por todo o território deixem-me só pegar num contraponto que podemos fazer relativamente ao PDM de 1995. Se fizermos uma leitura clara do que aconteceu de 95 até agora e foi até uma surpresa quando foi feita a avaliação do Plano Diretor Municipal de 95, o crescimento urbano e a dispersão em Oliveira de Azeméis ocorreu sobretudo antes de 1995, isto é, antes de haver Plano. Por isso quando depois vamos sobrepondo as cartas em termos de edificação e de povoação de indústrias e de habitações ao longo do território, isso não foi tão óbvio, tão claro de 95 até aqui, isso aconteceu sobretudo antes de termos regras e nesse sentido até podemos fazer uma avaliação positiva do que aconteceu com a implementação do Plano que acabou de estar em vigor até segunda-feira passada. O PDM de 95 tinha três objetivos claros que era: o reforço da centralidade da cidade de Oliveira de Azeméis, podemos dizer que isso foi conseguido; o reforço da centralidade dos núcleos de freguesia e contendo alguma dispersão urbana, que também terá sido conseguido e depois temos também uma aposta nas vias de comunicação, de facto aí o reconhecimento, a aposta na criação da Via do Nordeste foi bastante importante para esta aproximação dos vários núcleos de freguesia à cidade e para aumentar a mobilidade inter-concelhia, por isso diria assim, que muitos destes problemas de legalização e qualificação de indústrias resultam até de problemas que já estavam criados há mais tempo, por isso é mais do que tempo de começarmos a dar resposta a estes desafios. Os outros dois elementos que aqui aparecem neste eixo estratégico, tem a ver com e aqui são iniciativas de índole imaterial que não têm expressão física, necessariamente física no território, a cooperação estratégica de empresas para a avaliação dos setores com maior expressão do Município e a formação para incentivar a inovação e empreendedorismo, por isso diria que estes dois últimos pontos têm tradução depois menos óbvia em termos de construções porque pode não sequer acontecer, mas são fundamentais para que possamos ter o reforço e a qualificação da competitividade económica. O segundo eixo tem muito mais a ver com o território municipal à escala que muitas vezes os tornamos mais visíveis nestas coisas dos instrumentos de gestão do território. Primeiro o reforço da identidade e isto no Plano Diretor Municipal vão-no o encontrar sempre associado ao que nós chamamos Unidades Territoriais. Uma chamada de atenção, porque sabemos que poderá ter eventualmente causado alguma preocupação, as Unidades Territoriais foram definidas pela equipa da Câmara apenas para tornar o nosso trabalho técnico mais fácil, não tem nada que ver com reformas administrativas e tudo o mais. O que fizemos foi: olhando para as características do território de Oliveira de Azeméis, para as dezanove freguesias, em vez de estarmos a fazer a elencar elementos, até porque muitas vezes não tem lógica nem coerência técnica fazermos desta forma, o que fizemos foi: olhar para as freguesias que tinham características mais semelhantes e encontramos quatro grandes grupos e estes grupos são: Unidade Territorial Central; a Unidade Territorial Nordeste; Sudoeste e Sudeste. Por isso a expressão que tem depois no território acaba por ir ao encontro das freguesias, das dezanove freguesias existentes, nós o que tentamos foi, nós tecnicamente achávamos mais produtivo estarmos a trabalhar por grandes eixos que têm características semelhantes, por isso é que*

*aparecem estas Unidades Territoriais diferenciadas. O segundo ponto deste eixo estratégico é a defesa e a valorização da estrutura ecológica e da qualidade ambiental. Se por um lado há problemas em termos de qualidade ambiental, também tínhamos visto que havia aqui esta potencialidade que era a nossa estrutura ecológica estar relativamente bem salvaguardada. Então o que é que apontamos aqui como eixo de desenvolvimento: Primeiro uma ação clara em termos de ordenamento florestal para tentarmos diminuir a existência de incêndios florestais, uma das cartas que poderão consultar no Plano Diretor Municipal e que acho que até é bastante interessante para complementar a imagem que temos do Município, é a carta de perigosidade de incendio e de facto, nós temos uma área muito substancial coberta por floresta e há um conjunto de medidas que é necessário tomar de forma a evitar a propagação de incêndios. Por outro lado o desafio coloca-se ao nível da disposição das linhas de água e da criação de um sistema para recolha de tratamento e aproveitamento dos cerumes e ainda a criação de um percurso de lazer e turismo mais ao sul de Oliveira de Azeméis e quando eu digo mais ao sul, basicamente não é ao sul, é quase por todo o território porque este percurso é bastante grande, a arquiteta depois dar-vos-á algumas notas mais concretas como é que ele se concretizará. E por último temos a contenção da dispersão edificatória, isto é: uma ação mais efetiva na contenção dos perímetros urbanos para evitarmos problemas de dispersão que estão sobretudo associados, pois com a capacidade que qualquer Município, seja ele de Oliveira de Azeméis ou de outro sítio qualquer, tem para prover as devidas infraestruturas básicas aos municípios, nós sabemos que se continuamos a ter um povoamento muito disperso será quase impossível que as pessoas tenham água, saneamento, telefone, eletricidade, fibras ópticas e tudo mais disponíveis porque os custos de implementação destas coisas no território são perfeitamente inoportáveis, quer dizer às vezes temos de ser um bocadinho razoáveis quando pensamos – Ah seria muito giro estar a viver num sítio sem ninguém me chatear e eu ter lá todas as condições, mas depois para mantermos esta rede, toda a gente a viver num sítio muito longe, é muito complicado, para já não falarmos nas outras redes de apoio, as pessoas depois já são mais velhas e precisam de algum apoio social e como é que as pessoas vão lá chegar e como é que se faz isto com custos razoáveis para todos? E por último é o estabelecimento de uma rede estruturante e quando pensamos em rede, pensamos em várias coisas, não estamos só a falar de vias, não estamos só a falar de alcatrão, estamos a falar de uma rede viária, sim, estruturante, à escala intermunicipal, isto é: como é que nós nos organizamos para ir de um sítio para outro, mas também estamos a falar de rede de transportes públicos, porque podemos não ter hipóteses de utilizar viatura própria para chegarmos aos diversos sítios do concelho. E por último uma rede municipal mais de equipamentos de cultura de lazer e de turismo. O último eixo estratégico tem que ver com a qualificação e com a animação do território municipal, mais uma vez algumas destas coisas podem não se traduzir em coisas físicas, no entanto a primeira tem que ver a dotação das redes públicas do município e aqui estamos a falar de um objetivo em termos de fazer chegar rede pública de água a 95% dos edifícios municipais, ou estamos a falar da rede pública de esgoto nas áreas mais edificadas e aqui há esta diferenciação, porque mais uma vez*

*às vezes as características de capacidade de gestão destas redes e os custos associados a estas redes são de tal ordem que não é viável fornecer este tipo de rede a toda a população. Outro ponto já vem um bocadinho do PDM de 95, que é o reforço da função central da cidade de Oliveira de Azeméis, basicamente afirmando Oliveira de Azeméis como polo industrial de serviços e conhecimento, tendo aqui um reforço de alguns equipamentos, melhor articulação urbana, melhoria das condições de mobilidade e de acessibilidade e muito a valorização do espaço público e quando falamos do espaço público não estamos a falar só do jardimzinho, estamos a falar do passeio, da rua, isto é, toda a área em que nós temos de nos mexer. E por último temos a alteração da prática urbanística e isto tem mais que ver com a questão da articulação com o Regulamento Municipal e, com muitas das coisas que muitas das vezes nós associamos facilmente ao PDM, tem a ver com, primeiro a programação das intervenções urbanísticas tanto públicas como privadas, a dinamização municipal de parcerias sobretudo assumindo que muitas vezes os investimentos unicamente públicos são demasiado fortes para que os possamos fazer todos e por isso encontramos aqui formas diferentes de trabalhar e a alteração da prática de licenciamento urbanístico. Estes são os principais eixos estratégicos que agora veremos a sua tomada de forma depois no território como é que isto se aplica em termos de regras. =====*

*===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Arquiteta Filomena Farinhas. =====*

*===== A mim cabe-me tentar explicar como é que esta proposta do Plano Diretor Municipal traduz estas preocupações e estes eixos estratégicos. Para esta sessão, eu não vou ser muito minuciosa o que nos interessava nesta sessão era que, sobretudo as Juntas de Freguesia que vão ter os documentos para consulta lá, pudessem perceber qual era o conteúdo do Plano, porque é que são quatro cadernos, quais desses elementos é que são os principais? E depois, para dúvidas mais específicas, então solicitar que as pessoas possam vir ter comigo ou com a equipa técnica e caso a caso, pontualmente, podermos tirar essas dúvidas. A Dr.<sup>a</sup> Ângela já explanou como é que nós chegamos aos eixos estratégicos e quais são as nossas principais preocupações. No primeiro eixo estratégico para a ação: Áreas de Acolhimento Empresarial – há a tentativa de promoção implementação dos instrumentos de gestão territorial para os principais espaços de atividades económicas. Nós aqui já tivemos uma preocupação, que é: a Câmara não pode infraestruturar uma zona industrial por freguesia, não é? Portanto, nós tivemos que selecionar grandes zonas industriais, zonas industriais que pudessem ter competitividade supramunicipal e foram essas que estão sobretudo localizadas e identificadas no território, o que não quer dizer que estamos a esquecer todo o resto do tecido empresarial que já se encontra cá dinamizado. Para terem uma noção, este tipo de ações já está a ser implementado, portanto, desde 2006 que começamos a trabalhar com estes eixos estratégicos, nós já estamos, a Câmara Municipal já tem tido algumas orientações estratégicas e já está a*

*tentar implementá-las, este caso todos conhecem do investimento que está a ser feito na zona industrial Ul/Loureiro, por exemplo com a área de acolhimento empresarial e é uma das ações que se encaixa nesta medida. Relativamente à cooperação estratégica de empresas nós temos a preocupação de ao nível de Regulamento, isso depois pode ser visto com pormenor, como é que articulando conjugando normas possamos ter uma gestão urbanística exigente mais participada e ao mesmo tempo que vá de encontro aos problemas dos empresários de Oliveira de Azeméis. E depois o ponto C) - que não é propriamente algo que vocês consigam ver em termos gráficos ou normativos no Plano, pressupõe uma organização interna do Município para ajudar os agentes, os empresários a poderem face ao Plano Diretor Municipal, conseguirem promover as suas ações e ter um melhor enquadramento, eventualmente ao nível de financiamentos, legalizações, questões mais burocráticas que possam ter ao nível de licenciamento. O segundo eixo tem essencialmente de ver com obra física, o que se constrói. E portanto, a qualificação de espaço público existente não tem necessariamente que ser só executada pela Câmara Municipal, todos os munícipes de uma maneira ou de outra sobretudo quando dão entrada de um pedido de licenciamento de construção acabam por contribuir para a construção do nosso espaço público e para a construção da nossa paisagem urbana e portanto, os parâmetros urbanísticos que constam do Regulamento do PDM estiveram muito em atenção a esta questão da qualificação do espaço público. Só para vós dar uma nota por exemplo muito rápida: Todos sabem que está em vigor a Lei das Acessibilidades e portanto há uma grande sensibilização para os passeios terem, pelo menos, um metro e meio (1,5m) de largura, para as escadas estarem sempre guarnecidas com guardas para as pessoas poderem agarrar e subir, haver pelo menos uma casa de banho para deficientes e isto é muito simples de se entender ao nível dos edifícios, não é? Porque nós imaginamos alguém com alguma dificuldade motora a orientar-se dentro do edifício. No espaço público é a mesma coisa. Eu posso ter um passeio com 3 metros mas se eu tiver uma pendente superior a 8%, ninguém consegue subi-lo ou sobe com muita dificuldade. E portanto uma das normas é que, os novos arruamentos, os novos passeios sejam feitos pela Câmara, sejam feitos pelas Juntas, sejam promovidos pelos privados no seio de um loteamento, de um condomínio não podem ter pendentes superiores a 8%. É uma norma muito simples, mas que retrata esta qualificação do espaço público existente. A gestão das faixas de combustível. Praticamente 70%, da superfície do concelho de Oliveira de Azeméis, é solo rural e desse solo rural a grande maior parte são espaços florestais, portanto nós temos um risco de incêndio muito elevado, aliás há uma das cartas que acompanha as cartas de condicionantes mostra mesmo isso. As faixas de gestão de combustível têm duas grandes componentes: Uma que cabe à Administração Central, portanto as faixas de gestão primárias. E a outra, as faixas de gestão de combustíveis cabem aos proprietários. E portanto aqui também há uma grande alteração, que depois vocês vão ver, que tem a ver com a possibilidade de edificabilidade em solo florestal. São muito raras as exceções em que esta proposta de PDM admite construção fora de perímetros urbanos e isto porquê? Porque se nós admitirmos a construção numa determinada parcela em solo florestal, estamos a causar um ónus aos vizinhos de terem que limpar e não poderem ter*

*produtividade florestal nas faixas de 50 metros àquela propriedade. E portanto, das duas uma. Ou nós cumprimos com Plano Regional Florestal da Área Metropolitana do Norte e Entre Douro e Vouga, que pura e simplesmente define quais são as áreas em que não podemos ter qualquer edificabilidade porque há um risco de incêndio muito elevado e nas restantes áreas admitir edificabilidade dispersa como atualmente ou PDM de 95 admitia para indústrias, equipamentos e tinha uma série de exceções, era na prática estar a impor ónus aos vizinhos e nós temos de ter um Plano equitativo que não convém estar a criar problemas a terceiros, a ideia não é criar problemas a terceiros. Elaboração e Implementação de Projetos Integrados que associam os percursos pedonais, isto são o quê? Isto são os projetos de valorização ambiental. Como a Dr.<sup>a</sup> Ângela já referiu, nós temos uma estrutura ecológica bastante preservada e temos grandes potencialidades no âmbito da exploração mesmo turística do território e para isso é preciso criar infraestruturas, é preciso criar caminhos é preciso criar modos de as pessoas chegarem a esses espaços e podermos valorizar esses espaços. Há uma série de ações que estão em curso, se calhar o equipamento mais conhecido de todos é o Parque Temático Molinológico. A área da paisagem protegida local do rio Antuã já é uma realidade. A intervenção nas margens do Caima também está a decorrer. O Plano de Intervenção em Espaço Rural do MANICA já foi a conferência de serviço e aguarda apenas pela publicação do Plano Diretor Municipal, porque nós não podemos alterar perímetros urbanos ou configuração de perímetros urbanos senão for através do PDM de acordo com as novas regras, portanto a partir do momento em que o Plano Diretor Municipal entra em vigor nós podemos terminar o PIER do MANICA. No âmbito da valorização ambiental e turística a proposta do PDM prevê um roteiro que abrange toda a zona sul do concelho e que começa no centro da cidade, saímos do centro da cidade apanhamos percurso ciclável do Antuã, passamos pela baixa de Silvares e aí seguimos até ao Núcleo Histórico da Bemposta, sobe pelo Caima, os caminhos literários de Ferreira de Castro e depois volta por cima de Ossela a voltar novamente no Parque da La-Salette e centro da cidade, é algo que eu vos aconselho a verem com algum cuidado, com alguma calma, porque como disse o Senhor Presidente Dr. Ricardo, o que ficar decidido neste Plano é depois o fundamento para nós podermos nos candidatar a fundos e a fazer projetos, nós não vamos poder estar a pedir projetos diferentes daquilo que ficar proposto aqui, portanto eu chamo à atenção e agradeço que olhem com alguma calma para estas questões. A ação G). É uma ação rotineira. Já existe rede viária, ela tem de ser mantida, tem de ser gerida e tem que ser complementada, portanto é uma ação normal do desempenho das funções camarárias e das autarquias locais, sendo que há alguns troços que são propostos e estão devidamente fundamentados e portanto também sugiro que com calma possam olhar para eles. O terceiro eixo, que tem a ver com a qualificação e a animação do território Municipal. Portanto a questão da dotação do território das redes públicas de água e saneamento, já está em curso a adjudicação da concessão para término destes sistemas é algo que está a decorrer em paralelo. A clarificação da estrutura rodoviária da cidade acontece neste Plano por meio do que o Dr. Ricardo acabou de referir. Durante todo o processo do Plano de Urbanização da cidade nos fomos sempre deparando com*

*alguns problemas, eu iria dizer, burocráticos ou mais administrativos, mas na verdade é que: as Leis estavam constantemente a serem alteradas, era preciso um relatório ambiental, era preciso de ter mapa de ruído, era preciso de ter um conjunto de elementos que complexificavam cada vez mais o Plano e uma vez que nós estávamos a fazê-lo em paralelo com o Plano Diretor Municipal, resolvemos fazer uma espécie de um dois em um e portanto o que este PDM tem é vertidas todas as ações e todas as propostas que estavam no Plano de Urbanização da Cidade e portanto já passam a integrar as propostas do Plano Diretor Municipal, entre elas a questão da clarificação rodoviária e a questão da identificação das áreas de equipamentos, que agora são, pela designação nova da Lei, Áreas de Uso Especial, mas já lá constam também e se procurarem vão perceber que só temos identificação das áreas de equipamento, por exemplo, na área que nós chamamos de Cidade, todo o resto do concelho não tem essa identificação e não a tem por uma questão muito simples, porque também aprendemos com o PDM de 95 e aprendemos se limitarmos uma zona como área de equipamento a grande probabilidade é que o equipamento se faça ao lado e que não vá calhar naquela zona e isso vai acontecer com que os proprietários desses terrenos fiquem dez, quinze anos inibidos de poder ter o usufruto dessa área, porque ela está classificada como equipamento, basicamente eles não podem fazer outro tipo de ocupação. Portanto, nós temos relatórios e dados, quer da Administração Central, quer do corpo técnico da Câmara das várias áreas, que demonstram que não há grande carência de equipamentos, eventualmente as freguesias e os municípios podem entender que, sei lá, do ponto de vista da Saúde até precisávamos de ter mais, mas face ao que são as orientações que nós temos que seguir e aos dados que nos dão para que nós temos de seguir, nós não temos carência de equipamentos, portanto vamos manter os que temos nos sítios onde temos, quando houver alguma oportunidade fora da área da cidade, onde é preciso criação de grandes bolsas expectantes para equipamentos, então há o recurso que está previsto em cada uma da categoria de espaço em implementar-se equipamento naquela parcela, com regras urbanísticas muito específicas. A sensibilização e esclarecimento das várias normas que compõem os parâmetros: Nesta sessão eu não vou focar muito neste ponto, eu acho que este ponto é muito mais técnico e tem de ser visto caso a caso, isto é, eu sei que vão aparecer durante a exposição para consulta e para tirarem dúvidas várias pessoas, vão com a localização – o meu terreno é este, o que é vai acontecer ao meu terreno? Eu sei que isto vai acontecer. Mas eu só vos posso dar esta resposta, se eu abrir o computador, olhar e dizer assim: a esta parcela vai se aplicar – esta regra, esta regra, esta regra, esta regra e esta variedade de aplicações tem que vista caso a caso, portanto era muito improdutivo estar a tentar explicar o Regulamento aqui, até porque não era bem este o objetivo da sessão. Nas sessões que vão decorrer nas Juntas de Freguesia nós já vamos avançar um bocadinho mais para estas normas e explicar por exemplo, que é algo que de certeza vai ser importante de referir, é que com a entrada em vigor do Decreto Regulamentar 9 de 2009, o modo de contabilização das áreas para efeito de licenciamento alterou. Ou por exemplo que as designações dos parâmetros urbanísticos alteraram. Ou mesmo que as normas para podermos aferir se uma determinada pretensão só pode ter três pisos, ou pode ter mais*

*também é diferente consoante o caso em que se insere. E neste momento então ia explicar o que nós consideramos que são as ações prioritárias para o Município nos próximos dez, quinze anos. Isto quer dizer o quê? Quer dizer que o Plano Diretor Municipal, para além de vincular os particulares e portanto saber se posso construir na minha parcela ou não, tem uma função chave, que é orientar a estratégia e o investimento público, portanto a estratégia e o investimento da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia para a concretização e dinamização do território. O que é que nós consideramos que seriam as ações prioritárias? A primeira das quais é a execução da Via do Sudoeste. Todos conhecem a Via do Nordeste e portanto estamos a falar de uma via com características semelhantes, que vem desde a cidade, que vai ligar à futura zona industrial que conhecem como Rebordões, em Cucujães e depois desce até Loureiro. A execução desta via vai começar precisamente por Loureiro, com a Área de Acolhimento Empresarial, mas esta via vai permitir que desde o nó da A1 se possa circular até à ponta Nordeste do concelho, porque a Via do Nordeste está feita, há uns pequenos troços na cidade que têm que ser complementados e a seguir é possível ligar um conjunto de rede de zonas industriais, todas, sem interferir com o tráfego de atravessamento nas freguesias e dos núcleos urbanos para terem pontos de apoio na rede rodoviária supramunicipal. A UOPG (Unidade Operativa de Planeamento e Gestão). O PDM 95 já previa Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, aliás previa cerca de vinte e duas ou vinte e três. Dessas só se publicaram três, são os Planos de Urbanização das Zonas Industriais de Loureiro, Nogueira do Cravo e de Costa Má. Este Plano não tem essa quantidade de Unidades Operativas, nós temos de ser realistas e temos que ter a perceção do que é que pode ser efetivamente a concretização do investimento Municipal, portanto vocês vão ver aqui expostas, estão oito, sendo que a última depende muito de fatores externos e não tanto do Município, mas esta primeira Unidade de Planeamento Operativa de Gestão é em boa verdade as propostas do Plano de Urbanização da Cidade e portanto é aqui que vocês vão encontrar o que é que a Câmara considera ser importante executar na área da cidade e a área da cidade não é só a freguesia de Oliveira de Azeméis, abrange Santiago de Riba-Ul por exemplo, quais são os investimentos públicos que importa fazer para não só cozer esta rede rodoviária Sudoeste, Nordeste os outros equipamentos públicos de escala concelhia que ainda faltam fazer e portanto para o efeito foram identificados vinte e três projetos. Estão escalonados por fases e este escalonamento por fases também é importante que vocês tenham em atenção, porque podem considerar que se calhar há um projeto que é prioritário, que é vital e só aparece na quarta fase e portanto vamos estar à espera oito anos para que ele seja concretizado. Esta programação é importante ser analisada. Na fase um, estamos a falar nas novas ligações ao IC2, sobretudo para tirar o tráfego de pesados do centro da cidade. Na fase dois, a oferta dos novos parques de estacionamento, portanto o que estamos a dizer é nós queremos libertar a cidade do tráfego de atravessamento, mas é preciso criar condições para que quem vem à cidade possa deixar o carro e fazer a sua vida sem grandes atropelos. Na fase três, estamos na requalificação da zona Ponte da Cidade. Na fase quatro, da zona escolar a norte da cidade, portanto estamos a falar da Escola Superior Aveiro/Norte,*

*Parque do Cercal, todos esses acessos, porquê, estamos a jogar com o tempo, não é? Enquanto se constrói, a Escola já tem acessos hoje e enquanto ela consegue ser construída e com os acessos que temos vamos resolver esses problemas e quando a Escola estiver a funcionar e aí sim com o aumento de alunos que se espera possa vir a acontecer, vamos então melhorar esses acessos à cidade. Na fase cinco, iniciam-se as ações de requalificação dos espaços verdes para utilização coletiva e por último a qualificação de novas áreas verdes e pública, isto são parques urbanos, estamos a falar de parque urbanos portanto é investimento ao nível da qualificação ambiental. As restantes UOPG, estas três, vocês já as conhecem, estão publicadas, são os Planos de Urbanização das Zonas Industriais, nós não temos que os reprogramar, eles estão programados por natureza e o que se pressupõem é que haja capacidade para os implementar, porque já há esse compromisso. A Unidade Operativa de Planeamento e Gestão número cinco é a nova zona industrial de Rebordões, ela vai ter que ser redefinida nos seus limites até por causa dos acessos rodoviários. E a Unidade Operativa de Planeamento número seis, Plano de Intervenção no Espaço Rural do Manica que já foi a conferência de serviços e aguarda só a publicação do PDM para poder seguir para parecer da CCDR, discussão pública, ponderação, publicação. O número sete é o Plano de Intervenção no Espaço Rural do Caima, este é um plano que ainda não está iniciado, existem algumas ações onde se encaixa a requalificação das margens do Caima, mas existem outras que estão em curso e portanto este é um plano é um daqueles que temos de começar a pensar nele. E a última a reconversão da linha do Vouga, está muito dependente do que forem as orientações superiores para a linha do Vouga, não é? Neste momento nós temos equacionado os dois cenários ou a manutenção da linha ainda que com outro tipo de utilização de material circulante eventualmente ou então a supressão da linha no todo ou em parte e para isso, quando estes cenários estiverem estabilizados vamos ter que pensar e que programar e perceber de que modo é que o investimento Municipal terá que ser encaixado neste processo. Este discurso, ainda que para muitos possa ser um bocadinho vago, é importante para perceberem que o planeta Municipal tem uma forte componente na vida de todos nós ao nível dos licenciamentos, dos usos do solo do que é que nós podemos fazer do que é que nós não podemos fazer tem esta componente estratégica que é vital e que muitas vezes é descurada e é sobre esta componente estratégica que devíamos estar a debater, porque é ela que vai depois orientar o futuro dos próximos dez e quinze anos e era sobretudo para este aspeto para os quais as pessoas não estão muito habituadas a pensar no todo, no concelho, que eu chamava a vossa particular atenção e cuidado e nós vamos estar na exposição no auditório, na Praça da Cidade, todos os dias a partir da próxima segunda-feira até ao dia 19 de março, eventualmente até ao final dessa semana, porque também não faz sentido estar a fechar a exposição a meio da semana, portanto, eu vou lá estar, vão estar mais dois técnicos municipais, à vez, obviamente, com horário normal de atendimento ao público das nove ao meio dia e meia e das duas às cinco e meia se houver alguma necessidade de prolongar, por um caso ou outro, este horário desde que combinado previamente para que eu possa assegurar a presença, não temos problema nenhum nisso. Neste local nós vamos lá estar a fazer um atendimento*



*personalizado, portanto quem quiser saber caso a caso o que é que vai acontecer, quem tiver dúvidas sobre como procurar determinado tipo de informação nestes quatro tomos que constituem o Plano Diretor Municipal, quem quiser perceber melhor as fases do procedimento, as consequências que estas coisas podem ter no território vão lá estar pelo menos dois técnico de cada vez a fazer este atendimento. Os documentos já se encontram disponibilizados no site da câmara, para a próxima semana nós vamos realterar a localização desses documentos até para ela ser um bocadinho mais intuitiva e portanto neste momento ele esta no menu – Urbanismo, que é um menu dos Planos Municipais, mas é preciso andar a navegar dentro do site para poder lá aceder, a partir da próxima semana vamos ter um destaque e portanto com mais facilidade poderão aceder a todos os documentos que compõem a proposta do Plano, sendo que, volto a referir, os principais aqueles em que se eu não estivesse envolvida neste processo e quisesse conhecer o Plano, eu só lia o tomo um, eu não lia mais, eu lia aqueles documentos que a Dr<sup>a</sup> Ângela frisou, porque todos os outros é a fundamentação para chegar aquelas propostas e portanto imaginem que vocês lêem o relatório e têm uma dúvida sobre a carta de salvaguarda patrimoniais, se tiverem essa dúvida faz sentido irem ler o relatório complementar que explica porque é que foi considerada aquela salvaguarda patrimonial, mas agora estar a procurar de fio a pavio todos estes documentos é muito maçador, portanto eu recomendo o tomo um. Os documentos impressos, estão aqui, serão hoje disponibilizados às Juntas de Freguesia, portanto as Juntas de Freguesia têm acesso ao pdf através do site, vão ter acesso a toda a documentação impressa hoje, esta documentação tem de estar num sitio visível, portanto alguém que vá a uma Junta de Freguesia devia ter uma mesinha ou um sítio para poder consultar, eu sei que eventualmente vos podem fazer questões mais técnicas e eu perante esta situação recomendo que os encaminhem para a exposição, encaminha-los para a Divisão de Planeamento também pode ser uma opção, mas os técnicos que estiveram na elaboração do PDM desde o início vão estar na exposição a dar atendimento, portanto é eles andarem a fazer um périplo pela cidade não faz sentido. Tudo que seja questões ou das Normas do Regulamento, ou da Planta de Ordenamento, ou das várias Plantas de Condicionantes porque não sei se repararam a Planta de Condicionantes são quatro, não é uma, é uma Planta de Condicionantes Gerais, é uma Planta de Perigosidade de Incêndio, é uma Planta de Áreas Ardidias e é uma Planta dos Sistemas da REN, porque em cada um dos sistemas da REN é possível fazer coisas diferentes e isto faz parte do Regime Jurídico da REN e isto tem influência para quem quer saber o que acontece na sua parcela. Estas questões, volto a referir, por favor encaminhem todas as pessoas para a exposição onde os três técnicos do PDM vão poder responder ao que nos for solicitado. Como é que as pessoas podem participar, para além de quererem saber e de se deslocarem lá e tirarem as suas dúvidas? Podem fazer uma informação, uma sugestão, uma reclamação, uma intervenção escrita, é sempre dirigida ao Senhor Presidente da Camara Municipal, tem de dizer que é para o processo de Revisão do Plano Diretor Municipal, nós temos um modelo que é pré-definido, é um modelo que já é vosso conhecido, nós utilizamos sempre quer na participação preventiva dos Planos, quer na discussão pública dos outros Planos, portanto não é nada de*

*especial - Exmº Senhor Presidente da Camara Municipal de Oliveira de Azeméis, Participação Pública, o Assunto: Revisão do Plano Diretor Revisor e depois há aqui três itens que são muito importantes que é: o nome de quem faz a sugestão a morada ou o contacto, isto porque? Se na participação preventiva a Câmara Municipal não é obrigada a responder formalmente a todas as participações, na discussão pública nós temos de responder, temos de fazer a ponderação dos resultados no fim, mas independentemente dessa ponderação, se o senhor A me fizer chegar uma sugestão eu vou ter de lhe enviar uma carta a dizer, olhe a sua sugestão teve este resultado e isto eu tenho de fazer, portanto se eu não tiver um contacto, pode ser um email eu não preciso de saber onde o senhor mora, eu tenho é de ter um contacto, ou então se quiserem pelo menos deixar o numero do telemóvel, quando for para fazer a resposta oficial eu contacto para o telemóvel e digo: olhe para onde é que quer, quer que deixe na Junta, quer que mande para que morada, isso, eu preciso de ter. Portanto estes três itens são importantes o resto é um corpo aberto é o que vocês quiserem dizer, se quiserem associar fotografias associam, se quiserem associar extratos das cartas ou fotocópias das cartas associam, é o que vocês quiserem. A única coisa que eu vos peço é que se tiverem alguma dificuldade, mais uma vez, procurem-nos e nós também ajudamos a compor o texto, desde que, o nosso interesse é perceber o que é que as pessoas pretendem, portanto se for preciso ajudar a escrever e a compor e a dizer, nós fazemos esse trabalho convosco. Relativamente às sessões de esclarecimento nas freguesias, este é o calendário que está estabelecido, portanto ela começa já na próxima terça-feira em Oliveira de Azeméis, só para dar uma nota, estas sessões são todas às nove da noite, portanto em todas as juntas é sempre à mesma hora e é nas suas sedes ou nos seus auditórios, vamos ver segunda-feira caso a caso, onde é que preferem, nós deslocamo-nos onde vocês preferirem que seja e portanto há dias onde veem que há duas sessões a decorrer em simultâneo no dia 2 de fevereiro vai acontecer em Santiago de Riba-Ul e S. Martinho da Gândara, no dia 6 de fevereiro em S. Roque e em Cesar, no dia 8 de fevereiro em Loureiro e em Macieira de Sarnes, no dia 13 de fevereiro em Pindelo e em Palmaz, em 14 de fevereiro em Fajões e em Macinhata da Seixa e a 16 de fevereiro em Travanca e Pinheiro da Bemposta isto só é possível porque há duas equipas a fazerem estas sessões e estas datas são importantes e são importantes porquê? Porque ainda vos dá, depois destas sessões terem acabado no do dia 17 de fevereiro, um mês para poderem ponderarem, participar, sugerir sobre a proposta do Plano Diretor Municipal, portanto era importante para nós que as pessoas ficassem esclarecidas a tempo de poderem participar e tirar todas as suas dúvidas e de conhecerem bem a proposta do Plano. Nós não temos mais informação neste momento se houver alguma questão depois, estamos disponíveis. =====*

*===== Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia:=====*

*===== Eu quero também em nome da Assembleia Municipal e penso que este é o pensamento de todos, renovar os parabéns à equipa técnica superiormente comandada pela Arquiteta Filomena Farinhas realmente pelo seu magnífico trabalho e quero aqui também*

*relevar a exposição que eu achei que foi feita de uma forma exemplar, sintética, clara e objetiva, portanto os meus parabéns. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Manuel Francisco Valente, Dr. António Rosa, e Dr. Miguel Portela. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Manuel Francisco Valente, do PS =====*

*===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, caros colegas, meus senhores e minhas senhoras. Finalmente temos um PDM que vem substituir o que além de antigo começou mal e começou acima de tudo alicerçado em cima de coisas erradas se bem nos recordamos todos em cartas militares e coisas do género, portanto as coisas correram menos mal em função daquilo que foi feito. Ansiosamente esperamos por este PDM, enquanto Partido, vamos estudá-lo profundamente compreenderão que hoje não temos nenhuma questão a colocar, iremos ver com cuidado, certamente concordaremos com muita coisa outras nem tanto, algumas criticaremos e essa crítica será sempre construtiva, com a certeza de que o Partido Socialista está e quer o melhor para Oliveira de Azeméis. Um conjunto de regras que apareçam é sempre ótimo para todos os oliveirenses, para que tudo seja mais transparente e não haja no meio das confusões toda a gente que vai enriquecendo mais ou menos ilicitamente. A questão estratégica é importante penso que este concelho urgentemente precisa de uma estratégia bem definida e esperamos poder encontrá-la neste PDM e em tempo oportuno estas propostas irão ser apresentadas e então, aí sim podemos dar os nossos parabéns ou não. Hoje apenas só quero dizer que o vosso trabalho e a vossa exposição foi ótima e esperamos que o conteúdo corresponda claramente aquilo que disseram. Muito obrigado =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD =====*

*===== Muito boa tarde a todos. Apenas também uma palavra neste momento que eu creio que era por todos muito ansiado seguramente que em primeiro lugar pela própria Câmara Municipal e foram oito anos que poderão parecer muito tempo, será com certeza um tempo substancial. No entanto por aquilo que nos é dado a ver hoje aqui apenas uma amostra pela quantidade de documentação, de estudos, de pareceres, de trabalho eu creio que acima de tudo a importância de qualidade do resultado final é aquilo que nós deveremos aqui procurar enaltecer, eu gostava aqui de fazer uma referência também ao facto de ao longo destes oito anos como disse e muito bem o Francisco Valente, haver por parte da Câmara Municipal muito investimento neste processo ao nível de recursos, ao nível de informação, de ortofotomapas, de todo o levantamento digital que foi essencial para um maior rigor seguramente para todo este*

*trabalho, ao nível de investimento em pessoas e aqui também uma palavra, naturalmente na pessoa da Arquiteta Filomena Farinhas a toda a equipa da Câmara Municipal, este trabalho foi feito por funcionários da Câmara Municipal, o pessoal da Câmara Municipal a quem paga todos os meses e portanto é também aqui seguramente de enaltecer o resultado deste trabalho feito com a prata da casa. Uma outra questão que gostava aqui de destacar é que sendo certo que este é um documento essencial e muito ansiado como eu referia foram deixadas algumas mensagens pela Arquiteta que nós conhecemos e que importam serem assinaladas é que pese embora só hoje estejamos aqui a iniciar uma discussão pública deste documento, isso não evitou que naquilo que eram decisões estratégicas e as bases estratégicas deste documento a Câmara Municipal fosse lançando mão de um conjunto de projetos alinhados nestas mesmas estratégias, alguns exemplos foram aqui referidos obras que já foram executadas, obras que estão na calha, projetos estruturantes para o Município que se enquadram dentro desta estratégia e portanto, isto para dizer que, pese embora estejamos aqui num momento importante, estes oito anos foram também eles na sua essência articulados e aventados por este trabalho. Por ultimo eu gostava apenas de fazer minhas as palavras que o Senhor Presidente várias vezes aqui referiu, que a Arquiteta e a Doutora também aqui várias vezes o disseram, é que: - se é muito importante o momento a que chegamos, estes quarenta dias daqui para a frente também são essenciais e serão uma oportunidade que nenhum de nós deve perder, nenhum dos oliveirenses deve perder, porque seguramente se até agora a responsabilidade por esta documentação é daqueles que participaram na sua produção, daqui para a frente e daqui por quarenta dias essa responsabilidade será partilhada por todos nós oliveirenses, portanto é importante uma participação ativa neste processo e espero eu honesta e sinceramente que estejamos aqui também a fazer parte de um momento importante para o futuro do concelho de Oliveira de Azeméis na sua organização, na sua estratégia e na sua afirmação enquanto polo de atração de pessoas e de investimento. Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP =====*

*===== Boa tarde a todos. Era só para fazer um pequeno apontamento. Mais uma excelente apresentação por parte dos técnicos da autarquia, não me tenho cansado de repetir aqui que a Autarquia tem bons técnicos, tem bons profissionais e vamos vendo isso no dia-a-dia. Também achei muito importante a ideia de partilhar por todas as freguesias as apresentações, de disponibilizar na Praça da cidade acho que ninguém vai poder dizer que não teve hipótese de ser confrontado com as novidades e de as discutir com quem esteja habilitado. Acho que, realmente vamos ter agora que nos debruçar muito sobre este documento mas, agora nós queremos torná-lo um documento à nossa maneira e mais correto, temos a obrigação também de participar e de apontar o que acharmos que serão benefícios para implementar no documento. Mais uma vez queria dar os parabéns à equipa da Câmara, foi uma apresentação muito objetiva*

*e que nos deu uma boa visão do que vai ser o documento e espero que nos próximos anos, graças ao nosso contributo, este PDM seja mais fácil para conseguirmos ajudar o concelho a evoluir. Muito obrigado.*=====

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.*=====

===== *Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da acta relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade.* =====

===== *Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:* ===

===== *Posto isto, tenho que dar por encerrada a Assembleia, fazendo desde já o convite, quem se quiser deslocar à exposição no Parque da Cidade faz favor de nos acompanhar nessa visita. Muito obrigado pela vossa disponibilidade e um bom fim-de-semana.* =====

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram dezoito horas e quinze minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa.* =====